

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado e do resultado Abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa método indireto

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27

Balço Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Nota	2020	2019 Reapresentado	2019
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.441.308,72	2.024.843,21	2.024.843,21
Contas a receber	5	1.275.843,65	1.340.325,31	1.340.325,31
Crédito de Subvenção	5	0,00	0,00	270.602,17
Outros créditos	6	10.686.865,19	270.602,17	0,00
Estoque	7	157.524,31	146.976,68	146.976,68
		321.075,57	266.939,05	266.939,05
NÃO CIRCULANTE		0,00	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		12.441.308,72	2.024.843,21	2.024.843,21
ATIVO COMPENSADO				
Subvenções Governamentais	5	31.417.661,85	20.391.677,83	20.391.677,83
Bens Recebidos em Comodato	8.a	28.545.300,97	18.046.319,56	18.046.319,56
Bens Adquiridos Cont. Gestão	8.b	2.139,00	2.139,00	2.139,00
Bens em Comodato outras Empresas	8.c	2.824.534,91	2.343.219,27	2.343.219,27
		45.686,97	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO E ATIVO COMPENSADO		43.858.970,57	22.416.521,04	22.416.521,04
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	9.a	11.822.916,93	2.024.843,21	2.024.843,21
Obrigações tributárias	10	7.900.997,42	899.164,04	633.138,47
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	651.216,95	79.999,41	79.999,41
Outras obrigações	9.b	2.465.160,08	544.439,32	544.439,32
Provisões trabalhistas e encargos	12	0,00	0,00	266.025,57
		805.542,48	501.240,44	501.240,44
NÃO CIRCULANTE		618.391,79	0,00	0,00
Obrigações com pessoas ligadas L.P.	13	582.761,21	0,00	0,00
Obrigações tributárias L.P.	13	35.630,58	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		12.441.308,72	2.024.843,21	2.024.843,21
PASSIVO COMPENSADO				
Subvenções Governamentais	5	31.417.661,85	20.391.677,83	20.391.677,83
Bens Recebidos em Comodato	8.a	28.545.300,97	18.046.319,56	18.046.319,56
Bens Adquiridos Cont. Gestão	8.b	2.139,00	2.139,00	2.139,00
Bens em Comodato outras Empresas	8.c	2.824.534,91	2.343.219,27	2.343.219,27
		45.686,97	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO COMPENSADO		43.858.970,57	22.416.521,04	22.416.521,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

 ELIUDE BENTO DA SILVA
 PRESIDENTE
 CPF: 278.861.741-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO

 TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
 Empresa de Contabilidade
 C.R.C. GO-001863
 C.N.P.J. 21.126.863/0001-80
 EZIO DONIZETH LOPES
 Contador
 C.R.C. GO-010049/O-2

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração do Resultado do Exercício
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Nota	2020	2019 Reapresentado	2019
RECEITAS OPERACIONAIS				
Com Restrição – atividade de saúde	14	27.288.320,59	17.050.826,81	17.050.826,81
Programa atividade de saúde		27.287.518,30	17.006.720,87	17.006.720,87
Receitas Diversas atividades de saúde		802,29	44.105,94	44.105,94
CUSTOS COM PROGRAMAS				
Com Restrição - atividade de saúde	15	(21.703.763,13)	(13.698.151,63)	(16.304.923,50)
Custo com Servidores Cedido	15.a	(88.966,45)	-	-
Custo com Pessoal Próprio	15.b	(6.746.269,36)	(4.214.074,00)	(5.357.116,27)
Custo Gerais Operacionais	15.c	(3.926.729,18)	(2.561.473,23)	(9.465.356,22)
Custo Serviços	15.d	(10.460.482,50)	(6.905.590,65)	-
Custos Gerais	15.e	-	-	(1.465.437,26)
Custo de Bens adquiridos CG	15.f	(481.315,64)	(17.013,75)	(17.013,75)
SUPERÁVIT BRUTO		5.584.557,46	3.352.675,18	745.903,31
DESPESAS OPERACIONAIS				
Com Restrição – atividade de saúde				
Despesas Administrativas	16	(5.323.831,80)	(3.379.104,83)	(772.332,96)
Despesa com Pessoal Próprio	16.a	(2.107.380,06)	(1.316.380,21)	-
Serviços contratados	16.b	(2.360.223,56)	(1.440.847,64)	-
Gerais e administrativas	16.c	(854.115,21)	(577.519,07)	(727.975,05)
Despesas Tributárias	16.d	(2.112,97)	(44.357,91)	-
Impostos, Taxas e Tarifas	16.d	-	-	(44.357,91)
RESULTADO ANTES DAS REC.E DESP. FINANC.		260.725,66	(26.429,65)	(26.429,65)
RESULTADO FINANCEIRO - Com Restrição	17			
Atividade de saúde		(260.725,66)	26.429,65	26.429,65
Receitas Financeiras		15.543,57	76.558,72	-
Rendimento de aplicação financeira		-	-	76.558,72
Despesas Financeiras		(276.269,23)	(50.129,07)	(50.129,07)
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO		(0,00)	0,00	0,00

A demonstração de resultado abrangente não foi apresentada, pois não há operações registradas sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

RESPONSÁVEL TÉCNICO

 ELIUDE BENTO DA SILVA
 PRESIDENTE
 CPF: 278.861.741-00

 TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
 Empresa de Contabilidade
 C.R.C. GO-001863
 C.N.P.J. 21.126.863/0001-80
 EZIO DONIZETH LOPES
 Contador
 C.R.C. GO-010049/O-2

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldos iniciais em 01/01/2019	-	-	-
Saldos iniciais em 01/01/2019 Reapresentado	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2019	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2019 Reapresentado	-	-	-
Superávit / (Déficit) do Período	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Saldos finais em 31/12/2020	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PRESIDENTE

 ELIUDE BENTO DA SILVA
 PRESIDENTE
 CPF: 278.861.741-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO

 TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
 Empresa de Contabilidade
 C.R.C. GO-001863
 C.N.P.J. 21.126.863/0001-80
 EZIO DONIZETH LOPES
 Contador
 C.R.C. GO-010049/O-2

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	2020	2019 Reapresentado	2019
Superávit (Déficit) do Período	0,00	0,00	0,00
Ajustes por:			
(+) Provisões	0,00	217.870,99	217.870,99
Aumento (Diminuição) nos Ativos			
Contas a receber	(10.416.263,02)	1.125.598,16	1.125.598,16
Outros créditos	(10.547,63)	(146.976,68)	(146.976,68)
Estoques	(54.136,52)	(85.266,35)	(85.266,35)
Aumento (Diminuição) nos Passivos			
Fornecedores	7.001.833,38	(275.095,28)	(275.095,28)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.920.720,76	261.481,12	261.481,12
Outras obrigações	0,00	255.448,72	255.448,72
Obrigações tributárias	571.217,54	(13.526,56)	(13.526,56)
Provisões trabalhistas e encargos	304.302,04	0,00	0,00
Subvenções Governamentais a Realizar	0,00	0,00	0,00
Obrigações Longo Prazo	618.391,79	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(64.481,66)	1.339.534,12	1.339.534,12
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	0,00	0,00	0,00
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.481,66)	1.339.534,12	1.339.534,12
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.340.325,31	791,19	791,19
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.275.843,65	1.340.325,31	1.340.325,31
(=) Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(64.481,66)	1.339.534,12	1.339.534,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PRESIDENTE

ELIUDE BENTO DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 278.861.741-00

RESPONSÁVEL TÉCNICO

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
Empresa de Contabilidade
C.R.C. GO-001863
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80
EZIO DONIZETH LOPES
Contador
C.R.C. GO-010049/O-2

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH Gestor do HEJA
CNPJ: 18.972.378/0006-27
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 08 de setembro de 2013 com sede e foro em Goiânia, Goiás, tem por finalidade básica a promoção de ações de atenção à saúde, atuando como organização social, com compromisso de desenvolver projetos inclusivos de relevância, que privilegiem o ser humano, sua coparticipação, sua ética e dignidade, por meio de ações sociais, educacionais, tecnológicas e práticas de gestão, contribuindo com construção de uma sociedade justa, fraterna, participativa e solidária.

Recentemente o Governo de Estado de Goiás, mais especificamente a SES-GO - Secretária de Estado da Saúde de Goiás, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo-os a qualidade na assistência em suas Unidades, aderiu ao modelo de parceria na Gestão da saúde, atribuindo esta função às Organizações Sociais – OS.

Com isso o Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar - IBGH foi selecionado através de um processo de Chamamento Público e vinculado ao contrato de Gestão nº 116/2017/SES/GO, passou a gerir o Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA, localizado no município de Jaraguá-Goiás, que atende a população local, população flutuante composta por municípios circunvizinhos. A Unidade oferece especialidades médicas nas áreas de Clínica Médica, Ginecologia, Obstetrícia, Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Cirurgia Geral, além de contar com profissionais técnicos como: Enfermeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras individuais, cuja conclusão foi aprovada em Reunião da Diretoria, abrangem apenas as operações do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, vinculadas ao contrato de gestão nº 116/2017/SES/GO do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento da ITG 1000, essência sobre a forma e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“moeda funcional”), que no caso do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH Gestor do HEJA é o Real (“BRL” ou “R\$”). Para fins de apresentação, estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, quando existentes, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas vêm sendo seguidas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, além de valores de ressarcimentos de verbas rescisórias trabalhistas e subvenções governamentais a receber.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017/SES/GO e seus respectivos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

(b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados basicamente por fornecedores de materiais e de serviços, impostos e contribuições, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e do intangível, quando existentes, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação ou amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas quando aplicável.

O Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH, por meio do contrato de gestão nº 116/2017/SES/GO do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás – SES-GO. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, deverão ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

(b) Depreciação/Amortização

As depreciações/amortização são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens. Contudo, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não se aplica aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e aos bens cedidos pela SES-GO, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH Gestor do HEJA, mas, sim, do Estado de Goiás.

3.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (“IMPAIRMENT”)

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado na nota 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Para o exercício de 2020, não foram identificados indícios de perdas para os valores registrados no ativo imobilizado.

3.4 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio de aquisição e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5 PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes, quando existentes, são provisionados em detrimento de normas contábeis e de acordo com entendimento do departamento jurídico. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, estes são divulgados em Nota explicativa específica, conforme avaliação por parte do corpo jurídico da entidade.

3.6 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

3.7 PATRIMÔNIO SOCIAL

O Instituto reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.8 APURAÇÃO DO RESULTADO

O Superávit e/ou Déficit são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado.

3.9 TRIBUTAÇÃO

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para apuração do PIS, é o valor da folha de pagamento. O percentual aplicado para a apuração do PIS é de 1% sobre o valor da folha. O valor apurado é recolhido mensalmente.

3.10 REAPRESENTAÇÃO

A Administração da entidade, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu os seguintes ajustes de exercícios anteriores no seu balanço patrimonial e fluxo de caixa de 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 7 de abril de 2020, e publicadas no diário oficial no

dia 22 de maio de 2020, as reapresentações foram motivadas em detrimento de adequação de plano de contas e mudanças nos critérios contábeis quanto a segregação de custos e despesas, conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. As mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício, demonstrados a seguir.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o total de caixa e equivalentes de caixa, com restrições, era composto da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Bancos	1.275.244,93	324,02	324,02
Caixa Fundo Fixo	582,77	917,79	917,79
Aplicações financeiras (a)	15,95	1.339.083,50	1.339.083,50
TOTAL	1.275.843,65	1.340.325,31	1.340.325,31

(a) as aplicações financeiras referem-se substancialmente as contas de cadernetas de poupança no banco Caixa Econômica remunerada a taxa de mercado. Esse saldo consiste em valor de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante na mudança de valor.

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão é alocado em conta corrente que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Entretanto, o IBGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

5. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER

i) - Subvenções governamentais a receber

O montante de subvenções governamentais a receber é proveniente do Contrato de Gestão 116/2017–SES/GO IBHG-HEJA está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2017	1.864.094,96	5.921,99	-	6.486,50	-	476.882,39	1.399.621,06	2.728.189,92	864.094,96	49.107.418,56	47.243.323,60	48.642.944,66
2018	10.945.461,08	130.197,88	2.326.205,52	22.431,18	-	11.546.095,50	-1.374.589,82	16.369.139,52	6.287.773,40	-	36.297.862,52	34.923.272,70
2019	18.251.542,96	71.648,95	34.027,50	49.015,71	75.117,99	17.093.358,03	-204.885,72	16.369.139,52	4.405.369,96	-	18.046.319,56	17.841.433,84
2020	16.670.260,29	15.425,40	481.315,64	920,46	-200.994,99	26.822.548,52	-10.621.148,74	18.779.010,00	6.514.119,67	27.169.341,70	28.545.400,97	17.924.252,23

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que a Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

Atendido os critérios estabelecidos nas normas contábeis e no contrato de gestão, a subvenção, à medida da sua realização, foi reconhecida no resultado como receita. Durante o ano de 2020, a soma dos valores repassados pela SES-GO foi inferior ao valor das despesas. Desta forma, a Entidade registra essas diferenças em direitos a receber, no ativo circulante.

Conforme descrito na coluna “Saldo Acumulado de Subvenção a Receber” e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2020 é de R\$ 28.545 milhões até a conclusão do 2º termo aditivo do contrato (prevista para 05/11/2021). Este montante está sendo controlado em contas de Ativo e Passivo Compensado.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)” no valor de R\$ 10.621 milhões, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2021, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017.

Conforme descrito na coluna “Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)” a Entidade possui o saldo de R\$ 17.924 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida o custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

ii) Ressarcimento com verbas rescisórias trabalhistas

Refere-se a valores de verbas rescisórias trabalhistas reconhecidas até 31 de dezembro de 2019, as quais não são afetadas pelo item 7.2.4 da cláusula 7º do 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, o qual prevê que o parceiro público não se responsabiliza de nenhuma forma, por rescisões trabalhistas e ações judiciais decorrentes das contratações realizadas pelo parceiro privado, durante a vigência do contrato de gestão.

6. OUTROS CRÉDITOS

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
IRRF s/ salários a recuperar	-	-	137.326,55
Imposto e contribuições a recuperar (c)	142.026,92	141.981,92	-
Juros s/pagto a maior ou indevido a recuperar	-	-	4.655,37
Adiantamento a fornecedores (a)	13.370,53	-	-
Despesas Antecipadas (b)	2.126,86	-	-
Adiantamento de férias	-	4.994,76	4.994,76
TOTAL	157.524,31	146.976,68	146.976,68

- a) Refere-se ao saldo final dos pagamentos efetuados a fornecedores a título de adiantamento durante o exercício de 2020.
- b) Refere-se ao saldo final dos pagamentos efetuados a seguradoras durante o exercício de 2020 ainda não apropriados.
- c) Refere-se ao saldo de pagamento de impostos e contribuições retidos a maior com atualização monetária.

7. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição.

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Medicamentos	229.231,24	60.309,20	60.309,20
Correlatos	63.483,51	116.531,65	-
Fios Cirúrgicos	-	-	116.531,65
Material de Uso e Consumo	18.071,70	38.552,39	38.552,39
Material de Escritório	6.918,74	-	-
Gêneros alimentícios	3.370,38	51.545,81	51.545,81
TOTAL	321.075,57	266.939,05	266.939,05

8. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se também aos bens patrimoniais cedidos pela SES-GO e os adquiridos durante a vigência do contrato de gestão nº 116/2017, firmado com o Estado de Goiás, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

8a - BENS RECEBIDOS EM COMODADO	2019	2019 Reapresentado		2020
Discriminação	Custo	Custo	Precificação	Custo
Computadores e Periféricos	230,00	230,00	-	230,00
Máquinas e Equipamentos	1.620,00	1.620,00	-	1.620,00
Móveis e Utensílios	289,00	289,00	-	289,00
TOTAL	2.139,00	2.139,00	-	2.139,00

Os bens detalhados acima, foram cedidos pela SES-GO ao Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar – IBGH

em comodato, para serem utilizados na prestação de serviço, nas dependências do Hospital Estadual Sandino de Amorim – HEJA.

8b - BENS ADQUIRIDOS CG	2019	2019 Reapresentado	2020	
Discriminação	Custo	Custo	Aquisições	Custo
Computadores e Periféricos	332.248,60	332.248,60	207.909,75	540.158,35
Máquinas e Equipamentos	29.014,75	29.014,75	3.304,99	32.319,74
Móveis e Utensílios	638.705,11	638.705,11	7.833,40	646.538,51
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.343.250,81	1.343.250,81	122.000,00	1.465.250,81
Veículos	-	-	140.267,50	140.267,50
TOTAL	2.343.219,27	2.343.219,27	481.315,64	2.824.534,91

8c - BENS EM COMODATO OUTRAS EMPRESAS	2019	2019 Reapresentado	2020	
Discriminação	Custo	Custo	Precificação	Custo
Comodato de terceiros	-	-	45.686,97	45.686,97
TOTAL	-	-	45.686,97	45.686,97

9a - FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Fornecedores de serviços (b)	7.023.012,92	513.699,07	513.699,07
Fornecedores de materiais (a)	667.092,50	119.439,40	119.439,40
Contas a pagar (c)	210.892,00	266.025,57	-
TOTAL	7.900.997,42	899.164,04	633.138,47

- (a) os fornecedores de materiais são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar e outros insumos, necessários a atividade operacional da unidade.
- (b) os fornecedores de serviços são decorrentes da contratação de prestadores de serviços externos para executar atividades operacionais e administrativas na gestão da unidade em atendimento ao contrato de gestão 116/2017 IBGH-HEJA e seus aditivos.
- (c) Informamos que em 2019, esse grupo foi apresentado em Outras Obrigações, conforme reapresentação.

9b - OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Energia Elétrica a Pagar	-	-	266.025,57
TOTAL	-	-	266.025,57

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
INSS Retido S/ NF a recolher	284.150,29	-	-
PIS/COFINS/CSLL COD 5952 a recolher	159.186,97	31.054,90	31.054,90
IRRF s/ salários a recolher	101.480,33	31.905,22	31.905,22
IRRF COD 1708 a recolher	97.289,24	6.817,14	6.817,14
IRRF s/ RPA	825,54	5.497,15	5.497,15
ISS sob RPA	-	1.275,00	1.275,00
ISS retido a recolher	8.284,58	3.450,00	3.450,00
TOTAL	651.216,95	79.999,41	79.999,41

11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
INSS a recolher	1.447.936,71	148.888,60	148.888,60
Salários e ordenados a pagar	433.677,97	314.302,74	314.302,74
Rescisão a pagar	32.706,65	4.094,01	4.094,01
13º salários a pagar	258.327,58	-	-
FGTS a recolher	193.447,48	41.175,83	41.175,83
RPA a Pagar	25.885,14	30.697,37	30.697,37
Férias a pagar	20.969,57	-	-
PIS s/ folha a recolher	42.043,27	5.280,77	5.280,77
Pensão Alimentícia	396,54	-	-
Outras obrigações (Parcel. Ñ PREVID.	9.769,17	-	-
TOTAL	2.465.160,08	544.439,32	544.439,32

12. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Provisão de Férias	805.542,48	501.240,44	-
Provisão de Férias - HEJA	-	-	369.919,68
Provisão INSS sob Férias - HEJA	-	-	98.028,81
Provisão FGTS sob Férias - HEJA	-	-	29.592,74
Provisão PIS sob Férias - HEJA	-	-	3.699,21
TOTAL	805.542,48	501.240,44	501.240,44

13. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

DESCRIÇÃO	2020	2019 Reapresentado	2019
Obrigações Tributárias LP (a)	35.630,58	-	-
Obrigações com pessoas ligadas (b)	582.761,21	-	-
TOTAL	618.391,79	-	-

(a) Refere-se a parcelamento de débitos não previdenciários junto à Receita Federal do Brasil.

(b) Refere-se a transações entre partes relacionadas, sendo R\$ 82.761,21 com a unidade IBGH MATRIZ, e R\$ 500.000,00 com a unidade IBGH HURSO.

14. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE

	2020	2019 Reapresentado	2019
Programa atividades de saúde (a)	27.287.518,30	17.006.720,87	17.006.720,87
Doações recebidas	44,00	-	-
Outras receitas atividade de saúde	758,29	-	-
Receitas sob verbas rescisórias (b)	-	44.105,94	44.105,94
TOTAL	27.288.320,59	17.050.826,81	17.050.826,81

a) As receitas de subvenções são realizadas em razão da execução do contrato de gestão nº 116/2017, firmado com a SES-GO - Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, sendo o valor de R\$ 27.287.518,30 a título de subvenção para custeio-

b) Receitas referentes a verbas rescisórias efetuadas pela unidade HEJA, em 2019, nos pagamentos realizados, em detrimento do item Anexo Técnico IV, item IV, parte integrante do contrato de gestão.

15. CUSTOS COM RESTRIÇÃO - ATIVIDADE DE SAÚDE

Em detrimento da segregação de custos e despesas, plano de contas e mudanças nos critérios contábeis, houve a necessidade da realização das reapresentações, conforme no contexto operacional, neste sentido, todos os quadros de custos e despesas sofreram readequações. Contudo, as mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício

15.a - CUSTOS DE SERVIDORES CEDIDOS

Custos com Servidores Cedidos

2020	2019 Reapresentado	2019
88.966,45	-	-
88.966,45	-	-

15.b - CUSTOS DE PESSOAL

Custos com Pessoal próprio
Custos com Encargos sociais
Custos com Provisão Férias e encargos
Custos com Provisão 13º Salários e encargos
Salários e Ordenados
Férias
13º Salários
Rescisões
FGTS
INSS Empresa
INSS Terceiros
PIS S/ Folha
FGTS Rescisório
SEGUROS
ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL - ASO
INSALUBRIDADE
ASSIDUIDADE
GRATIFICAÇÕES
ADICIONAL NOTURNO
Provisão 13º salários
Provisão FGTS 13º Salários
Provisão INSS 13º Salários
Provisão PIS S/ 13º Salários
Provisão Férias
Provisão FGTS Férias
Provisão INSS Férias
Provisão PIS Férias

2020	2019 Reapresentado	2019
4.082.949,87	2.550.424,83	-
1.623.166,11	1.013.914,76	-
593.017,88	370.430,10	-
447.135,50	279.304,31	-
-	-	2.834.598,59
-	-	43.154,98
-	-	9.484,47
-	-	88.939,60
-	-	259.775,84
-	-	758.406,37
-	-	149.064,33
-	-	33.680,51
-	-	29.363,70
-	-	9.994,29
-	-	30,00
-	-	210.584,70
-	-	51.161,65
-	-	22.564,65
-	-	52.915,95
-	-	267.008,79
-	-	22.506,55
-	-	74.889,85
-	-	2.826,04
-	-	335.629,98
-	-	22.655,37
-	-	75.048,10
-	-	2.831,96
6.746.269,36	4.214.074,00	5.357.116,27

15.c - CUSTO GERAIS OPERACIONAIS

Materiais consumidos
Medicamentos e correlatos
Copa cozinha (alimentação) / Gêneros Alimentícios
Manutenção de instalações, equipamentos e veículos
Material de Uso e Consumo
Materiais de Escritório/ Informática/ Impressos
Manutenção e Limpeza
Aluguéis de máquinas e equipamentos
Serviços c/ vigilância e segurança
Viagens e Estadias
Serviços Contratados
Combustíveis e Lubrificantes
Água e Esgoto
Energia Elétrica
Outros Custos Realizados
Uniformes e EPIs
Locação de equipamentos e outros
Combustíveis e lubrificantes
Outros custos operacionais

2020	2019 Reapresentado	2019
749.613,59	256.474,11	-
1.456.898,02	733.580,02	-
550.930,81	475.383,13	-
848.370,76	903.500,10	-
-	-	-
-	-	63.731,29
-	-	140.540,44
-	-	63.990,10
-	-	1.339.737,76
-	-	59.720,94
-	-	7.504.562,20
-	-	44.635,40
-	-	61.306,89
-	-	183.063,57
-	-	4.067,63
0,00	0,00	-
261.081,61	137.397,00	-
59.834,39	55.138,87	-
0,00	0,00	0,00
3.926.729,18	2.561.473,23	9.465.356,22

15.d - CUSTOS SERVIÇOS

	2020	2019 Reapresentado	2019
Serviços Médicos e Exames Laboratoriais	9.442.531,84	5.199.986,66	-
Serviços de limpeza/vigilância e segurança	173.459,73	873.248,75	-
Energia, água e telefonia	214.537,92	244.530,46	-
Serviços de consultoria técnica	111.266,67	-	-
Outros serviços	518.686,34	587.824,78	-
	10.460.482,50	6.905.590,65	-

15.e - CUSTO GERAIS

	2020	2019 Reapresentado	2019
Medicamentos e correlatos	-	-	734.903,50
Gêneros Alimentícios	-	-	475.383,13
Material de Uso e Consumo	-	-	186.893,62
Uniformes e equipamentos EPIs	-	-	68.257,01
	-	-	1.465.437,26

15.f - CUSTOS DE BENS ADQUIRIDOS CG

	2020	2019 Reapresentado	2019
Custo com Aquisição de bens	481.315,64	17.013,75	17.013,75
	481.315,64	17.013,75	17.013,75

16 DESPESAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE

Em detrimento da segregação de custos e despesas, plano de contas e mudanças nos critérios contábeis, houve a necessidade da realização das reapresentações, conforme no contexto operacional, neste sentido, todos os quadros de custos e despesas sofreram readequações. Contudo, as mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e/ou superávit ou déficit do exercício.

16.a - DESPESAS DE PESSOAL

	2020	2019 Reapresentado	2019
Despesas com Pessoal próprio	1.363.154,34	851.497,76	-
Despesas com Encargos sociais	405.669,49	253.402,46	-
Provisão Férias e encargos	192.525,06	120.261,26	-
Provisão 13º Salários e encargos	146.031,17	91.218,73	-
	2.107.380,06	1.316.380,21	-

16.b – SERVIÇOS CONTRATADOS

	2020	2019 Reapresentado	2019
Serviços de tecnologia da informação	947.084,14	624.039,45	-
Serviços de cursos e treinamentos	25.936,00	276.50-	-
Serviços de apoio administrativos	570.734,40	128.66-	-
Serviços de contabilidade	183.712,70	224.085,24	-
Serviços advocatícios	113.666,66	-	-
Serviços de consultoria	199.391,34	49.104,32	-
Locação de equipamentos e outras	221.454,79	36.30-	-
Serviços de comunicação	55.156,66	50.00-	-
Serviços de auditoria	24.261,93	25.564,78	-
Serviços diversos	18.824,94	26.593,85	-
	2.360.223,56	1.440.847,64	-

16.c- DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2020	2019	2019
		Reapresentado	
Despesas administrativas com executora	602.085,57	440.159,72	-
Material de expediente	27.010,61	64.496,59	-
Energia, água e telefonia	3.604,09	6.466,26	-
Publicações e periódicos	32.532,45	818,00	-
Emolumentos cartoriais e judiciais	6.543,90	318,42	-
Despesas diversas	10.443,22	1.521,01	-
Diárias, viagens e estadias	6.416,90	59.720,94	-
Lanches e refeições	165.478,47	4.018,13	-
Honorários Contábeis	-	-	219.781,07
Honorários De Auditoria E Perícia	-	-	23.584,78
Aluguéis e Condomínios	-	-	10.300,00
Aluguéis De veículos	-	-	26.000,00
Despesas com Cartórios	-	-	318,42
Telefones	-	-	6.466,26
Taxas de Expediente	-	-	715,80
Despesas Administrativas Operacionais	-	-	440.159,72
Anúncios, Jornais E Revistas	-	-	649,00
Total Despesas Institucionais	854.115,21	577.519,07	727.975,05

16.d - DESPESAS TRIBUTÁRIAS	2020	2019	2019
		Reapresentado	
Taxas federais, estaduais e municipais	2.112,97	44.357,91	-
Taxas Estaduais	-	-	44.357,91
	2.112,97	44.357,91	44.357,91

17 - RESULTADO FINANCEIRO COM RESTRIÇÃO – ATIVIDADE DE SAÚDE

Receitas Financeiras	2020	2019	2019
		Reapresentado	
Receita financeira	-	-	76.558,72
Rendimento de aplicação	15.425,40	76.304,32	-
Descontos Obtidos	118,17	254,40	-
	15.543,57	76.558,72	76.558,72
Despesas Financeiras	2020	2019	2019
		Reapresentado	
Despesas financeiras	-	-	(50.129,07)
Encargos Financeiros / juros e multas	(265.460,34)	(40.160,99)	-
Despesas bancárias	(10.808,89)	(9.968,08)	-
	(276.269,23)	(50.129,07)	(50.129,07)

Resultado Financeiro	(260.725,66)	26.429,65	26.429,65
-----------------------------	---------------------	------------------	------------------

24 – CONTINGÊNCIAS

A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Sendo que R\$ 5.000,00 se refere ao valor de contingências cíveis consideradas de perda provável, de acordo com o relatório de advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, não foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda.

25 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 333/2021 – GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás nesta data, suspendeu o Contrato de Gestão nº 116/2021/SES/GO.

Em detrimento de decisões judiciais, houve diversas mudanças de Diretorias no Instituto, inclusive culminando com a saída do presidente, à época, Sr. Eliude Bento da Silva, além de outros que passaram pelo cargo, sendo o atual presidente, o Sr. Sérgio Túlio Pessoa de Oliveira.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia, 31 de janeiro de 2022.

PRESIDENTE

RESPONSÁVEL TÉCNICO

ELIUDE BENTO DA SILVA
PRESIDENTE
CPF: 278.861.741-00
Vigência: 10/02/2020 a 08/02/2021

TAXS CONTABILIDADE EIRELI - EPP
Empresa de Contabilidade
C.R.C. GO-001863
C.N.P.J. 21.126.863/0001-80
EZIO DONIZETH LOPES
Contador
C.R.C. GO-010049/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e Conselheiros do
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH
GESTOR DO HOSPITAL ESTADUAL SANDINO DE AMORIM – HEJA
Jaraguá – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR – IBGH – Gestor do HEJA**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa “07 – Estoque”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, foram insuficientes para concluir sobre os controles internos, inclusive sobre valoração dos custos dos estoques, com posição em 31/12/2020. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “13 – Passivo não Circulante”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, em específico o grupo “Obrigações com pessoas ligadas”, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no contrato de gestão 116/2017 e aditivos, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração das possíveis contingências e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Conforme Nota Explicativa “16.c - Despesas Gerais e Administrativas”, correlacionada a Nota Explicativa “16 – Despesas Operacionais com Restrição – Atividade de Saúde”, vinculada as Demonstrações Contábeis, em específico o grupo “Despesas administrativas com executora”, não conseguimos compor os valores deste grupo. Portanto, ficamos impossibilitados de manifestar uma opinião quanto à valoração do grupo e seus efeitos nas demonstrações financeiras, inclusive, por meio de procedimentos alternativos de auditoria.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Crédito de Subvenção a Receber e Reconhecimento da Receita**

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a Receber, proveniente da Secretária de Estado da Saúde de Goiás – SES-GO, está correlacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 10.621 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de gestão de nº 116/2017, firmado entre a **SES-GO** - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH – Gestor do HEJA**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Estadual Sandino de Amorim - HEJA, será cumprido.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 27.288 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES-GO, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção, em confronto com as despesas/custos correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “Subvenções Governamentais a receber” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota “5 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS A RECEBER”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB.

▪ **Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, relativa a mudança de critério contábil, estão informados na Nota “3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS”, subitem “3.2 ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL”, letra “a”, “Reconhecimento e mensuração”, relacionada nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos do Contrato de Gestão nº 116/2017, firmado entre a **SES-GO** - Secretária de Estado da Saúde de Goiás e o **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH – Gestor do HEJA**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Estadual Sandino de Amorim - **HEJA**, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES/GO, e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do **HEJA** optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da **ESSÊNCIA SOBRE A FORMA**, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Nesse sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Ênfase

Continuidade das operações e bens registrados em contas de Ativo e Passivo Compensado

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-GO, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 116/2017 e aditivos. Contudo, em 26 de janeiro de 2021, o Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Saúde – SES-GO, conforme despacho nº 333/2021– GAB, publicado no Diário Oficial de Goiás, naquela data, suspendeu o Contrato de Gestão nº 116/2017/SES-GO. Neste sentido, informamos sobre a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, uma vez que a unidade já se encontra sendo gerida por outra Entidade. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Conforme descrito na Nota 8, os relatórios gerenciais apresentados, sob a responsabilidade da Entidade, não estão análogos às contas contábeis demonstradas no grupo de Ativo e Passivo Compensado, e, por força de contratos, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício, findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, com modificação em 30 de abril de 2020.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Jaraguá – GO, 07 de fevereiro de 2022.

Work7 Auditores Independentes SS
CRC 001891 GO

José Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0
CVM 12.424